

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DA POLÍTICA PÚBLICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8507-6538>

Resumo: Neste artigo buscamos evidenciar os fundamentos histórico-sociológicos presentes nos fundamentos da política pública de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na sua relação com a qualidade social da educação. Na produção dos dados nos utilizamos da abordagem qualitativa com uso da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, em seu caráter exploratório-investigativo. No processo analítico nos apoiamos no instrumental da Análise Textual discursiva com foco nas dimensões histórico-filosóficas evidenciadas nos documentos e nos textos que apresentam a política dos Institutos Federais. Como resultados evidenciamos a complexidade da organização desta nova institucionalidade responsável por agregar educação, ciência e tecnologia na formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, a partir da *formação humana integral, trabalho como princípio educativo, prática social* e as dimensões do *processo educativo* em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico, de forma contextualizada em uma dinâmica que estimule princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

Palavras-chave: Política pública; Educação profissional e tecnológica; Qualidade social da educação.



¹ Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais; Licenciado em Biologia e Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e Doutor em Educação pela Universidade do Vale dos Sinos. Atualmente professor do Departamento de Estudos Especializados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolvendo pesquisas majoritariamente vinculadas às políticas públicas temáticas, educação superior, gestão educacional, estados do conhecimento e qualidade social da educação. E-mail: julian.diogo@gmail.com.

HISTORICAL AND SOCIOLOGICAL FUNDAMENTALS OF THE PUBLIC POLICY OF THE FEDERAL INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Abstract: In this article, we seek to highlight the historical-sociological foundations present in the foundations of the public policy for the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology in their relationship with the social quality of education. In the production of data we used a qualitative approach with the use of bibliographic research and documentary research, in its exploratory-investigative character. In the analytical process, we rely on the discursive Textual Analysis instrument, focusing on the historical-philosophical dimensions evidenced in the documents and texts that present the policy of the Federal Institutes. As a result, we evidence the complexity of the organization of this new institutionality responsible for adding education, science and technology in the formation of citizens aware of their role in society, based on *integral human formation, work as an educational principle, social practice* and *the dimensions of the educational process* in its historical meaning, but without neglecting to establish its ontological meaning, in a contextualized way in a dynamic that stimulates principles and values that enhance human action in the search for more dignified ways of life.

Keywords: public policy; professional and technological education; social quality of education.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS Y SOCIOLÓGICOS DE LA POLÍTICA PÚBLICA DE LOS INSTITUTOS FEDERALES DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA

Resumen: En este artículo buscamos resaltar los fundamentos histórico-sociológicos presentes en los fundamentos de la política pública para la creación de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en su relación con la calidad social de la educación. En la producción de datos utilizamos un enfoque cualitativo con el uso de la investigación bibliográfica y la investigación documental, en su carácter exploratorio-investigativo. En el proceso analítico, nos apoyamos en el instrumento Análisis Textual discursivo, con foco en las dimensiones histórico-filosóficas evidenciadas en los documentos y textos que presentan la política de los Institutos Federales. Como resultado, evidenciamos la complejidad de la organización de esta nueva institucionalidad encargada de sumar la educación, la ciencia y la tecnología en la formación de ciudadanos conscientes de su rol en la sociedad, a partir de *la formación humana integral, el trabajo como principio educativo, la práctica social* y *las dimensiones del proceso educativo* en su significado histórico, pero sin dejar de establecer su significado ontológico, de manera contextualizada en una dinámica que estimule principios y valores que potencien la acción humana en la búsqueda de formas más dignas de vida.

Palabras clave: políticas públicas; educación profesional y tecnológica; calidad social de la educación.

Introdução

As políticas públicas educacionais são um campo bastante profícuo junto às temáticas estudadas na área do conhecimento da educação, principalmente pelo impacto que a sua regulação possui no cotidiano das instituições de ensino, na organização do trabalho pedagógico ou mesmo na garantia de direitos fundamentais por parte do Estado. As políticas públicas acabam carregando em si um conjunto de sentidos e significados muitas vezes desconhecidos ou até mesmo ignorados por parte da população em geral, fazendo com que surja uma possibilidade interpretativa de neutralidade (FRIGOTTO, 2001).

Conhecer essa intencionalidade faz com que os sentidos e os significados que citamos anteriormente sejam revelados, ajudando no entendimento da política pública pelo seu viés não meramente analítico, próprio da leitura do texto normativo, mas sim da sua aplicação na realidade experienciada pelos sujeitos. Nesse sentido é imperativo para as comunidades de pesquisa se debruçarem sobre os caminhos e descaminhos das políticas públicas educacionais que propõem um novo modelo paradigmático de entendimento do processo educativo e seus desdobramentos junto ao papel do Estado e das instituições na significação da materialidade destas mesmas políticas.

No Brasil em 2008, com a implementação da Lei nº 11.892 de 2008 (BRASIL, 2008) temos a pujança de uma nova arquitetura institucional no cenário do sistema educativo brasileiro, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta instituição acaba reunindo em seu bojo a missão de agregar educação, ciência e tecnologia na formação de cidadãos autônomos e conscientes do seu papel cidadão como potência para o desenvolvimento local e nacional dos arranjos produtivos no qual se ajuízam junto à sociedade. Esta articulação se dá de forma estratégica, alinhada ainda a noção de política pública educacional trazida pela forma da lei, considerando ainda algumas dimensões que vão estruturar as ações da instituição como o combate às desigualdades e vulnerabilidades, a justiça e a inclusão social, e a noção de construção de um processo educativo que possibilite a ascensão social dos sujeitos na relação Educação Básica e Educação Superior junto a modalidade da

Educação profissional, Científica e Tecnológica de forma verticalizada (FONTOURA, 2021).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados a partir da (re)organização da então Rede de Educação Profissional integrada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica, Unidades Descentralizadas de Ensino, Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas Federais, e Escolas Vinculadas a Universidades, essencialmente, contando ainda com Universidades Tecnológicas e o Colégio Pedro II. Nesta (re)organização está contida, inicialmente, o uso da estrutura destas arquiteturas institucionais, ou seja, aquelas que “migrassem” para o novo modelo institucional foco da política pública do Governo do Partido dos Trabalhadores na figura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à época (PACHECO, 2020).

Um importante elemento de debate não apenas no interior dos Institutos Federais é o tipo de qualidade que é ofertada pelas instituições, considerando a brusca mudança paradigmática de uma leitura da Educação Profissional com foco na formação o atendimento das demandas do mercado de trabalho para uma perspectiva ampliada dos processos de formação para o mundo do trabalho, a educação emancipadora e o desenvolvimento estratégico da nação. Alguns autores como Otranto e Paiva (2016), Anjos e Rôças (2017) e Dutra *et al.* (2019), já trazem esses questionamentos em seus estudos, indicando algumas possibilidades de leitura desse fenômeno.

Nesse cenário, a noção de qualidade da educação carrega em si seu caráter polissêmico e multifacetado, sendo de difícil tradução em termos absolutos, isso não significa que na materialidade da vida cotidiana a qualidade se apresenta como um conceito neutro, pelo contrário, acaba por incorporar em si diferentes sentidos e significados (GUSMÃO, 2013). A qualidade social da educação efetiva-se como um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e dos estudantes em relação à educação. Falar em qualidade social da educação é falar em uma nova qualidade, onde se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico. Assim a qualidade social da educação focaliza seus esforços na atualização histórico-cultural em termos

de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

O estudo presente neste artigo tem por objetivo evidenciar os fundamentos histórico-filosóficos presentes na concepção da política pública dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na sua relação com a qualidade social da educação. Na consecução desse objetivo nos utilizamos da abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2003), pelo instrumental da pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2003) e da pesquisa documental (CELLARD, 2008) a partir da perspectiva dialética-materialista (FRIGOTTO, 2001; SAVIANI, 2011).

Compreender os movimentos histórico-filosóficos que fazem parte da constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos auxiliam a compreender a natureza desta arquitetura educacional na percepção dos limites e desafios presentes em seu interior, a fim de atender aos objetivos educacionais na busca pela qualidade educacional tão almejada pelos elaboradores da política pública.

A qualidade social da educação nesse contexto se desenrola no seu sentido prático, ou seja, no cotidiano experienciado dos sujeitos a partir de elementos como a participação dos sujeitos da política na tomada de decisões, a educação como potência na melhoria da qualidade de vida, o uso adequado dos recursos (capital humano, social e econômico), na valorização dos trabalhadores e da educação pública, e por fim da sua missão primeira, propiciar um processo formativo que impacte de forma significativa da vida dos sujeitos tendo como referência a assimilação de saberes e conhecimentos que promovam o combate às desigualdades sociais.

Estratégias Metodológicas

No desenvolvimento desta investigação teórica temos a percepção do processo metodológico como um movimento efetivado a partir de um plano real e concreto, como afirma Marx (2003), a visão do real torna-se uma abstração se não considerarmos seus elementos constituintes, assim o caminho investigativo acaba por corresponder uma busca pela rica totalidade de determinações e de relações. Operar com metodologia dentro desta percepção significa constantemente retornarmos ao

princípio do processo, fazendo assim o percurso de forma contrária, buscando novamente o alcance do concreto.

Pelo olhar de Chizzotti (2003), encontramos na abordagem qualitativa uma gama de possibilidades interpretativas no seu sentido primeiro transdisciplinar que se relaciona de forma bastante intensa com as distintas áreas de estudo das Ciências Humanas e Sociais, especialmente quando focalizamos nossos esforços em multiparadigmas de análise “derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221). Dessa forma, a pesquisa que utiliza a abordagem qualitativa além de aprofundar os estudos do fenômeno analisado no contexto no qual se manifesta, surge igualmente como potência na busca pelo sentido e pelo significado dos fenômenos, da mesma forma que possibilita interpretar os significados que os sujeitos lhes dão.

Na produção dos dados nos utilizamos da pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002) na compreensão do fenômeno analisado pelo olhar das produções acadêmicas, ou melhor, pela perspectiva analítica de integrantes de diferentes comunidades de pesquisa que se debruçam sobre a temática da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a relação educação-trabalho, qualidade da educação e Institutos Federais. A pesquisa bibliográfica opera a partir do “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *websites*” (FONSECA, 2002, p. 32).

Concomitantemente utilizamos o instrumental da pesquisa documental (CELLARD, 2008), pois no cenário de análises políticas educacionais os documentos situam-se como a materialização da política, evidencia seus sentidos, suas intenções como instrumento de governo, os interesses nele ajuizados, ou seja, é a representação da política (MAINARDES, 2018). Evidenciam ainda os impactos diretos na vida dos sujeitos e/ou instituições, já que permite – através da interação entre pesquisador e objeto – a construção de significado e de conhecimento.

Como documentos analisados temos a Lei Federal nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs),

sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o documento produzido *a posteriori* pelo então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica Eliezer Moreira Pacheco Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais: Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2010). Outros documentos fizeram parte de nossas análises no sentido de complementar o processo investigativo pela perspectiva macro do entendimento do processo educativo pelo olhar dos legisladores, desse modo no corpus de análise temos a presença da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei Federal nº 9.304/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996).

Os documentos se mostram como a expressão de um tempo, em um espaço específico representando simultaneamente a vontade política e em alguns momentos as contradições internas às formulações, “posto que os textos evidenciam vozes discordantes, em disputa. É nesse campo de disputas que a hegemonia discursiva se produz” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 431). Aos nos referimos a documentos, não nos limitamos aqui aqueles produzidos dentro da liturgia legislativa, focamos nosso entendimento do significado da produção documental como registro histórico, independente do seu formato. Não tomamos o texto como ponto de partida absoluto, mas, sim, como objeto de interpretação, desvelam ainda a dimensão do tempo à compreensão do social.

Nosso olhar para o documento é guiado pela perspectiva dialética-materialista presente nos estudos críticos (FRIGOTTO, 2001; SAVIANI, 2011). Esta perspectiva considera o movimento natural da história e não admite sua maneira estática e definitiva, dessa forma temos a necessidade de compreender os processos históricos de forma relacionada, o texto no contexto. Nesse cenário que desenhamos a perspectiva dialética materialista consideramos os textos/documentos como parte de um contínuo processo de (re)construção de uma estrutura social, que desencadeia mudanças sociais que se efetivam a partir de um tensionamento de opostos.

O processo de análise dos dados produzidos ocorreu com o auxílio dos princípios da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2011), tendo como base a sua propositura de imersão junto aos dados produzidos, onde esse movimento produz uma (re)construção do texto como produto da análise. Moraes e Galiuzzi (2011, p. 7)

compreendem essa análise como “uma metodologia de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos”. Essas novas compreensões se efetivam a partir da desconstrução do conhecimento “para que novos conhecimentos possam emergir” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 193), de forma que essa desconstrução fique evidente e materializada no texto, que posteriormente será reconstruído, evocando assim novos sentidos, significados e entendimentos (até então ocultos) para o texto analisado originalmente.

Ao nos debruçarmos nos documentos pelo olhar crítico que utilizamos no seu entendimento, no cenário da hegemonia discursiva, não nos referimos exclusivamente a uma disputa de cunho conceitual necessariamente. Nos referimos a disputas que de fato trazem para os documentos as condições políticas que marcaram sua construção de forma à expressar interesses em disputa de uma classe. Como Shiroma, Campos e Garcia (2005) salientam, os documentos contém intenções políticas muitas vezes ambíguas, contraditórias e até mesmo repleto de omissões no contexto da política pública expressa ali, todavia fornecem oportunidades particulares para serem debatidas no processo de sua implementação.

Achados da Pesquisa: Aspectos Históricos-Sociológicos do Cenário da Política Pública dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os diferentes textos analisados evidenciam no contexto de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia acaba desvelando uma intenção do Estado brasileiro em alinhar seu compromisso com a educação pública de qualidade, o desenvolvimento técnico-científico e o atendimento das recomendações dos organismos internacionais/multilaterais quanto a necessidade do fomento da formação técnica e tecnológica. Considerando ainda os movimentos políticos produzidos pelo governo, à época do Partido dos Trabalhadores (PT), em consonância com sua história de lutas e embates contra-hegemônicos como potência para o enfrentamento das desigualdades sociais de toda ordem. A institucionalidade criada em 2008, possui como pano de fundo valores e crenças próximas ao atendimento das demandas educacionais da classe trabalhadora em um contexto prático, onde a instrumentalização alinha-se a uma formação humana integral dentro da perspectiva da omnilateralidade (MARX; ENGELS, 2004).

Nessa perspectiva, a formação integral compreende o fenômeno das desigualdades e das vulnerabilidades como decorrência dos intensos processos da reestruturação produtiva advinda do século XIII, redimensionada e potencializada nos séculos XIX e XX com as adequações do sistema capitalista a partir de uma significação das relações de trabalho (COMPORATO, 2011). Assim, a formação humana integral surge como uma possibilidade de superação da problemática da “divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que trabalham, produzida a partir da divisão social do trabalho” (PACHECO, 2020, p. 11).

A ideia de uma *formação integral* sempre se colocou como um desejo das elites para as elites, dentro de uma perspectiva de educação geral, humanística e de qualidade, para a classe trabalhadora era destinada a formação de mão-de-obra a serviço do capital, ou seja, “a educação a serviço da produtividade, em que a formação da mão de obra é o principal direcionamento da atividade educativa, principalmente do currículo escolar” (RAFAEL; RIBEIRO; SEGUNDO, 2016, p. 381).

Esse movimento acaba evidenciando a dicotomia moderna presente na divisão social “entre os trabalhadores que produzem riqueza com seu trabalho e as classes que se apropriam dessa riqueza, entre trabalho intelectual e trabalho manual”, como aponta Pacheco (2020, p. 11). Como desdobramento natural da formação humana integral, evidentemente temos a perspectiva da omnilateralidade (MARX; ENGELS, 2004; MARX, 2003), como um elemento pujante na formação dos sujeitos pelas dimensões do trabalho produtivo e pela vida em sociedade, em oposição direta a uma formação unilateral que objetiva à um trânsito formativo com foco no trabalho alienante. Esse entendimento do potencial do trabalho pedagógico e da organização social pela perspectiva da omnilateralidade deságua na emergência do conceito de politecnia.

A politecnia se mostra justamente na oposição à formação unilateral e a divisão do trabalho capitalista, reunindo a experiência do trabalho alinhada aos estudos dos fundamentos teóricos do trabalho e à formação escolar, representando um salto considerável na formação dos trabalhadores (FONTOURA, 2021). A politecnia não almeja alcançar a formação plena do homem livre, mas a formação técnica, política, prática e teórica dos trabalhadores no sentido de elevá-los na busca da sua

autotransformação (MARX; ENGELS, 2004; MARX, 2003; MARX, 2013), em outras palavras, a educação politécnica pode ser compreendida como sinônimo de concepção marxista de educação.

Aqui temos a base do segundo elemento da constituição desse contexto, o *trabalho enquanto princípio educativo*, ligado a formação humana integral, no sentido de superar a divisão estabelecida entre trabalho manual e trabalho intelectual, tendo como importante ingrediente nessa compreensão a dimensão intelectual ao trabalho produtivo. Em outras palavras, evidenciamos aqui a materialização da relação trabalho e educação, como aponta Ciavata (2009, p. 408), nessa relação se “afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”.

Na tessitura social o trabalho é uma “necessidade social permanente e condição indispensável para que o homem e a sociedade possam existir” (PACHECO, 2020, p. 13), a noção de sociedade que conhecemos está intimamente ligada ao trabalho do homem. Importante reconhecermos o trabalho como um importante elemento componente da sociedade moderna e contemporânea, à luz da produção dos meios de existência dentro do sistema capitalista (CIAVATTA, 2009).

A trajetória brasileira no que tange ao mundo do trabalho é bastante contraditória e repleta de movimentos recursivos, de forma a privilegiar – nos diferentes momentos da história – os distintos sujeitos, instituições e grupos. A relação educação e trabalho tem seus debates mais intensos ao final da Ditadura civil-militar ocorrida nos anos de 1980, especialmente frente às más condições de vida e de trabalho de operários e de trabalhadores do campo (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 2008). Tanto a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), quanto os termos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) se consolidaram como importantes movimentos de debate da temática não só pela sociedade civil organizada, mas pelas comunidades de pesquisa e estudos da área trabalho e educação.

O trabalho constitui-se como uma importante dimensão que nos caracteriza como seres humanos, justamente por ser um produto social, como aponta Caldart e Villas Bôas (2017, p. 212) “[...] não nascemos humanos, nos tornamos humanos em

sociedade”. O trabalho como elemento da dimensão social, consegue unir necessidade e liberdade, para além do trabalho alienado produto do capitalismo, é constituinte do homem e do próprio processo civilizatório que percorremos, “é através do trabalho que o homem conhece e domina a natureza das coisas e do mundo, desenvolvendo novos conhecimentos e novas tecnologias” (PACHECO, 2020, p. 15). Em contrapartida, o trabalho no contexto do capital adquire um outro sentido, ele deixa de ser útil, orgânico e concreto, passando a se converter em uma mera mercadoria.

Dessa forma não é qualquer tipo de trabalho que pode ser compreendido à luz do princípio educativo, o trabalho alienante que explora e degrada não pode servir de princípio para a construção de um projeto de educação emancipatória e transformadora, pelo contrário, essa percepção no contexto das instituições de ensino faz com que as mesmas fiquem subordinadas exclusivamente às exigências e às demandas do capital (FRIGOTTO, 2001, p. 76).

Ao refletir sobre os movimentos do trabalho que pode se constituir em princípio educativo, compreendemos “[que] o esforço das forças progressistas deve caminhar no sentido da escola unitária, onde se possa pensar o trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social”. Vale aqui refletir sobre o trabalho em uma outra perspectiva social, de forma que o trabalhador “produz para si, e onde o produto do trabalho coletivo se redistribua igualmente (FRIGOTTO, 2001, p. 76).

Importante ponderarmos que no interior do modelo capitalista implementado na sociedade é difícil vislumbrar o trabalho como princípio educativo já que ele só pode se manifestar em um cenário social onde o trabalho emancipa, e não aliena. Assim, a implementação do trabalho capitalista como princípio educativo resultará na preparação dos sujeitos para a competição no mercado de trabalho assentado na alienação e na exploração. Existe uma relação entre escola e sociedade, ambas se retroalimentam de forma recursiva, com influências recíprocas, umas sobre as outras em momentos de menor ou maior grau, mas essa influência não pode ser percebida como absoluta.

A *prática social* como fonte de conhecimentos surge ao compreendermos a produção do conhecimento para além da argumentação, a elucubração teórica, ou ainda pelo processo subjetivo da simples percepção, mas sim pela prática refletida e significada, posteriormente transformada em teoria. O conhecimento dessa forma, vincula-se à natureza social dos sujeitos, tendo ainda o seu desenvolvimento histórico como agente de transformação (a prática social, as lutas entre as classes e camadas sociais, e a sua inserção no processo produtivo). Importante compreender o conhecimento como algo não-neutro, ele possui um olhar ideológico que se apresenta em consideração a posição do sujeito na estrutura de classes presente na sociedade.

A prática social como elemento do conhecimento se utiliza da concepção dialética presente na Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011), pois utiliza-se da base marxista da produção do saber com foco na construção de conhecimentos a partir da transformação da sociedade, onde a historicidade sempre presente constitui o marco inicial. Por essas lentes a gênese do conhecimento está na prática social dos homens e nos processos de transformação da natureza desenvolvidos por eles, o produto dessa articulação age sobre a sua realidade, “esta prática produz efeitos sobre os homens, mudando tanto o seu pensamento, como sua prática” (GASPARIM, 2003, p. 84).

A realidade sócio-histórica alinhada à prática social corresponde a vida dos sujeitos, e no contexto da produção do conhecimento se consubstancia a partir da leitura de mundo interpelada pelas instituições de ensino. O dimensionamento de qualquer teoria ou conhecimento só é possível através do contato com o mundo real, da prática social (MARX, 2003). Assim, através da prática temos a percepção das coisas, dentro de um aspecto fenomenológico, a medida em que a prática social se aprofunda, se formulam os conceitos. Estes ao serem traduzidos na teoria da essência, a totalidade das coisas e suas relações internas, superando a simples percepção a simples aparência e o empírico.

A produção do conhecimento não se estabelece nem na prática ou mesmo na teoria isoladamente, há uma insuficiência na compreensão da realidade e dos fenômenos estudados. No espaço universitário é comum valorizarmos a abstração teórica, o isolamento dos gabinetes e laboratórios como fonte primeira na produção

do conhecimento, esse modelo é bastante forte (RAMPINELLI; OURIQUES, 2011) e presente no cenário da arquitetura institucional “universidade”.

A indissociabilidade entre as dimensões do *processo educativo* é um movimento de extrema complexidade, engloba um conjunto considerável de dimensões (gestão da educação, currículo, inclusão, metodologias, etc) que auxiliam na assimilação dos saberes e conhecimentos constituídos historicamente ao longo do tempo, sendo esse conhecimento um produto da interação social. O avanço tecnológico e as novas formas de ser e estar no mundo globalizado, faz com que o sistema de ensino-aprendizagem se torne obsoleto, especialmente com a velocidade do desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação e informação.

No interior do espaço educativo são trabalhados saberes e conhecimentos que possivelmente serão superados ao final da trajetória percorrida com os sujeitos deste espaço, nesse sentido limitar o processo de formação ao desenvolvimento “instrumental” é privar os educandos a uma compreensão mais holística do mundo, como a “divisão social, a formação e reprodução das classes, a apropriação e desapropriação do conhecimento” (PACHECO, 2020, p. 17).

A indissociabilidade trás para a reflexão a ideia da interligação existente entre o ensino-pesquisa-extensão, a própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Art. 207º, aponta essa indissociabilidade entre essas dimensões, ao creditar aos espaços de Educação Superior “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Temos dessa forma na indissociabilidade há um princípio orientador da qualidade da produção universitária, um catalisador do conhecimento pluriuniversitário favorecendo o encontro entre a educação universitária e a sociedade, permitindo a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento (SANTOS, 2004).

No contexto dos Institutos Federais podemos compreender o ensino como sendo a área responsável pelo desenvolvimento da oferta de “educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e demais modalidades”, com a promoção da “integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação

superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (BRASIL, 2010).

Junto a extensão temos o desenvolvimento de “programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” e de “atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2010). E na pesquisa ajuíza-se ao desenvolvimento integrado com ensino da “educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”, bem como a realização de “pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (BRASIL, 2010).

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia não poderiam ser diferentes, a Lei Federal 11.892/2008 (BRASIL, 2008) já preconiza essa mesma indissociabilidade, tendo como elemento regulador o próprio processo de verticalização do ensino. Elemento este que se torna potência na articulação e no desenvolvimento de ações internas de ensino, de pesquisa, e de extensão vinculadas à trajetória de vida dos sujeitos presentes neste espaço. Essa articulação é um elemento muito caro à instituição, pois a partir dela é possível efetivar os objetivos educacionais propostos no desenvolvimento da política pública dos Institutos Federais, além da sua missão social na valorização da educação e das instituições públicas na construção de uma nação soberana e democrática de combate às desigualdades estruturais de toda ordem (BRASIL, 2010).

O fomento a qualidade social da educação nesse conjunto fica evidente, ocorre dentro de uma perspectiva pedagógica compromissada com a alteração do modelo de sociedade existente, para além de uma proposta educativa que visa alienar os sujeitos transformando-os em instrumentos de submissão e subalternidade às vontades da classe dominante. Emerge como uma possibilidade para o desenvolvimento do espírito comunitário e de participação efetiva, a partir de uma propositura de educação pautada na formação de um sujeito mais comprometido com a coletividade.

Marx e Engels (2004), já concebiam a educação como elemento de superação das relações sociais burguesas, sendo necessário retirar da formação dos sujeitos o ponto de vista burguês da educação, que acaba transformando esses mesmos sujeitos em objetos de comércio e instrumentos de trabalho, dentro de um entendimento humanístico do processo educativo.

Algumas Considerações

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia emergem no cenário de profundas mudanças no sistema educativo brasileiro, especialmente no que tange a expansão e a interiorização da Educação Superior. A política pública institucional, como tantas outras (Financiamento Estudantil - FIES, Programa de Reestruturação das Universidades - REUNI, Programa Universidade para Todos - PROUNI e a Universidade Aberta do Brasil - UAB) tem por objetivo possibilitar aos sujeitos excluídos dos processos formais de educação e profissionalização para o mundo do trabalho, sua emancipação a partir de uma política pública educativa. Isso significa compreender as vulnerabilidades e desigualdades presentes não apenas no sistema educacional, mas na estrutura social que cada vez mais desvela preconceitos, estigmas e abismos educacionais.

Essa perspectiva da tessitura social faz com que os debates sobre a qualidade social da educação se tornem ainda mais necessários, considerando a noção da qualidade da educação para além das métricas estandardizadas de forma a incorporar os saberes e as aprendizagens presentes no currículo oculto dos espaços educativos. A qualidade social da educação busca a valorização das aprendizagens não como produto final de uma trajetória, mas sim como um processo contínuo que impacta a vida dos sujeitos e a forma como desenvolve-se o processo de autonomia à luz do exercício da cidadania.

No complexo arranjo do sistema educativo brasileiro é importante que compreendamos a natureza do conjunto das instituições educativas, pois em muitos momentos a sua diversidade acaba impedindo a visão da sua totalidade. Nesse processo vários fatores/elementos são constitutivos da gênese das instituições, desde aspectos históricos, sociais, filosóficos e principalmente políticos. Todavia, as

políticas públicas educativas de forma geral carregam em si um agrupamento de significados entranhados na redação da política, esses sentidos acabam por representar os desejos, os anseios, as vontades e os embates travados na arena política na busca pela hegemonia discursiva presente no texto político.

Buscando desvelar os fatores histórico-filosóficos que balizam o arranjo da política pública educativa materializada com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia desdobrados nos elementos da qualidade social da educação presente nos documentos institucionais, identificamos alguns importantes movimentos teóricos em sua gênese. A *formação humana integral, trabalho enquanto princípio educativo, prática social* como fonte de conhecimento e a *indissociabilidade das dimensões do processo educativo*, trazem em seu bojo a noção de qualidade da social da educação, de forma a reforçar o entendimento sobre o papel da educação neste contexto institucional e educacional.

Esse movimento faz com que o processo educativo não tenha um fim em si mesmo, mas sim como surja como um “instrumental” que fomenta a participação, a criticidade, a autonomia e ainda a possibilidade de (re)construção do papel político presente na sua existência para além do ambiente de ensino, mas na sociedade como um todo. Os elementos que identificamos revelam uma condição bastante peculiar na gênese de construção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma concepção marxista de educação. No sentido de propor uma estrutura institucional que opera junto às realidades sociais no sentido de modificá-las em sua estrutura de vulnerabilidade, como potência na transformação destes espaços.

O elemento do trabalho não poderia ficar de forma, pois o trabalho apresenta-se como dimensão permanente na construção do conhecimento e do próprio processo civilizatório dos homens. Pelo viés da qualidade social da educação esta perspectiva eleva o patamar de algumas discussões importantes no século XXI, especialmente na leitura constitucional da educação como direito e um bem público, do atendimento das demandas locais e regionais do mundo do trabalho, a necessidade de formação dos sujeitos advinda do avanço tecnológico, e da (re)significação do papel das arquiteturas institucionais de educação na sociedade contemporânea.

Referências

ANJOS, Maylta Brandão dos.; RÔÇAS, Giselle (org.). *As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Natal: Editora IFRN, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). *Concepções e diretrizes dos institutos federais: um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 8 fev. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

CALDART, Roseli Salete; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (org.). *Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, Jean. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/signup.SignUp.html>. Acesso em: 8 fev. 2023.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França. Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV: FIOCRUZ, 2009. p. 408-415. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142011000200020>. Acesso em: 2 fev. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental Textos para Discussões).

DUTRA, Rogério Severiano *et al.* O que mudou no desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil? *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 631-653, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701777>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300004>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTOURA, Julian. *A qualidade social da educação superior no contexto emergente dos institutos federais: uma abordagem na perspectiva da política pública*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9788>. Acesso em: 8 fev. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 71-90.

GASPARIN, João Luiz. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GUSMÃO, Joana Buarque de. A construção da noção de qualidade da educação. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, Campinas, v. 21, n. 79, p. 299-322, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000200007>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MAINARDES, Jefferson. Uma pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230034>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O Capital - Livro I crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

OTRANTO, Celia Regina; PAIVA, Liz Denize Carvalho. Contextos identitários dos institutos federais no Brasil: implicações da expansão da educação superior. *Educação e Fronteiras On-Line*, Vila Progresso, v. 6, n. 16, p. 7-20, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5703>. Acesso em: 2 fev. 2023.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, Jucutuquara, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RAFAEL, Ivania Maria de Sousa Carvalho; RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. A crise do capital e a relação com a educação brasileira. *Revista Educação*, Porto, v. 41, n. 2, p. 375-386, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644419221>. Acesso em: 2 fev. 2023.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES Nildo (org.). *Crítica à razão acadêmica reflexão sobre a universidade contemporânea*. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Recebido em: 10 de outubro de 2022
Aceite em: 20 de novembro de 2022